



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002057-20.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
 Embargado: **Paulo Sérgio Rodrigues**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Mario Massanori Fujita**

Vistos.

Trata-se de Embargos à Execução opostos pela **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** em face de **PAULO SÉRGIO RODRIGUES**, alegando, em síntese, o excesso de execução em face da aplicação imediata da Lei nº 11.960/2009 ao débito exequendo e também à necessária incidência dos descontos previdenciários e de assistência médica. Concluiu que o valor correto da execução é de R\$ 76.874,51 (setenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e um centavos). Juntou documentos.

Os embargos foram recebidos sem efeito suspensivo (fls.19).

O embargado se manifestou aduzindo que não há excesso de execução e que a Fazenda pretende rediscussão a sentença já transitada em julgada. Alega, também, que não incidem os descontos previdenciários e de assistência médica por se tratar de verba de natureza indenizatória.

Houve a juntada de cópia da sentença e do acórdão do processo de conhecimento.

A Contadoria apresentou cálculos, seguindo a manifestação das partes.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

É O RELATÓRIO.

CUMPRE DECIDIR.

Inicialmente cumpre consignar que o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, inc. I, do CPC, eis que não há necessidade de produção de outras provas.

Os embargos improcedem.

A Fazenda Pública alega excesso de execução sob o argumento de que deveria ser aplicada a Lei nº 11.960/09. Porém, com razão a parte embargada, eis que a sentença foi clara em fixar o montante devido de R\$ 78.644,38, atualizando esse débito pela Lei nº 9494/97 (fls.46).

Ou seja, a executada pretende rever o valor já fixado na sentença transitada em julgado, alterando critérios de correção em período já acobertado pela coisa julgada. Ademais, o exequente aplicou a Lei 11.960/09, conforme se observa da planilha de cálculo que instruiu a inicial da execução.

Descabida, também, a pretensão de incidência dos descontos previdenciários e de assistência médica ao presente débito, porquanto a FAM foi considerada uma verba de caráter indenizatória e, portanto, não sujeita a tais descontos.

Nesse sentido: TJSP - Apelação nº 0043981-08.2009.8.26.0053, rel. Des. Henrique Nelson Calandra, j. 30.04.2013; Apelação nº 0015951-60.2009.8.26.0053, rel. Des. Alves Bevilacqua, j. 04.12.2012; Apelação nº 0039988-54.2009.8.26.0053, rel. Des. José Luiz Germano.

No mais, o cálculo elaborado pela Contadoria não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

pode pautar a execução, pois é superior ao valor postulado na inicial da presente execução.

DISPOSITIVO:

ISTO POSTO, julgo **improcedentes** os embargos. Em vista da sucumbência, condeno a parte embargante ao pagamento das custas e despesas processuais destes embargos e em honorários advocatícios fixados em R\$ 500,00, nos termos do art. 20, §4º, do CPC.

P.R.I.

MARIO MASSANORI FUJITA

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**